

# MULHERES NO MÉXICO PÓS-REVOLUÇÃO: RUMO A UMA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA FEMINISTA

POR JOHN D. FRENCH (DUKE UNIVERSITY)  
TRADUÇÃO: ALEXANDRE FORTES (UFRRJ)

Jocelyn Olcott, *Revolutionary Women in Postrevolutionary Mexico* (Durham N.C.: Duke University Press, 2005).

Jocelyn Olcott, Mary K. Vaughan, e Gabriela Cano, org. *Sex in Revolution: Gender, Politics, and Power in Modern Mexico*. Durham: Duke University Press, 2006.

O trabalho de Jocelyn Olcott's sobre a história do México, com seus noventa milhões de habitantes, insere-a na mais antiga, mais numerosa e mais bem desenvolvida área de concentração na história da América Latina e do Caribe. A nova monografia de Olcott sobre o período posterior à Revolução Mexicana (1910-1940) oferece uma contribuição inovadora a uma literatura multi-generacional sofisticada que explora as dinâmicas e o impacto da revolução mais violenta do Hemisfério Ocidental. Esta resenha situará *Revolutionary Women in Postrevolutionary Mexico* no interior de dois debates acadêmicos relativos à história mexicana, ao mesmo tempo que esboçará algumas sugestões mais amplas sobre a sua relevância para o futuro da história política feminista em outras partes da América Latina.

## 1. *A formação do Estado pós-Revolução e o desafio do cardenismo*

Para compreender a contribuição de *Revolutionary Women*, é necessário apreender a auto-crítica historiográfica que caracterizou a história do México no começo dos anos 1990. Como se deve entender a revolução mais violenta do hemisfério ocidental? Porque ela deu origem ao sistema político mais estável

da América Latina entre 1917 e 2000? E como pode um regime ser marcado ao mesmo tempo por autoritarismo e alto nível de mobilização popular? No final da década de 1980, os acadêmicos tinha explorado exaustivamente a fase militar da Revolução (1910-1917) e se voltaram com energias renovadas para a formação do Estado pós-Revolução.

Um artigo profundamente influente de Alan Knight, especialista em México da Universidade de Oxford publicado em 1994 situou a administração do presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) no centro do debate (KNIGHT 1994). Como o presidente mais radical do Hemisfério Ocidental na década de 1930, o populista Cárdenas distribuiu um terço de toda a terra arável do México aos camponeses e impulsionou o desenvolvimento de poderosos movimentos agrários e sindicais. O problema, em retrospecto, jaz no fato de que o resultado de longo prazo foi a consolidação de um sistema político anti-democrático durável de máquinas políticas e tutela estatal sobre a sociedade mexicana.

A crítica de Knight em 1994 foi acompanhada por uma coletânea igualmente influente, co-organizada por Gil Joseph, que sugeriu novos modos para se conceber a mudança sócio-política no México revolucionário (1910-1940). Para escapar de velhas armadilhas, os autores propuseram deslocar o foco de quem governa para como o governo é exercido. Acreditaram que uma “concepção ampliada da política” ajudaria a integrar “visões da Revolução Mexicana a partir de baixo com uma visão mais abrangente e nuançada a partir de cima”. Ao discutir essas “formas cotidianas de dominação estatal”, eles também enfatizaram a importância política da “dimensão cultural do processo histórico e da

experiência social” (JOSEPH E NUGENT 1994: xvii, 12). Muitos acadêmicos que encararam o desafio de encontrar o político nas interações cotidianas acreditaram que é “impossível interpretar a Revolução e a sociedade pós-Revolução que ela ensejou sem uma clara compreensão da natureza, significado e impacto do Cardenismo” (BANTJES 1998: xi). A aparente “combinação paradoxal de mobilização popular e falta de um sistema multi-partidário competitivo” após Cárdenas, eles argumentam, só pode ser compreendida pela “exploração da polifonia do Cardenismo”, como ele foi compreendido por diferentes grupos e como ele operou no nível da prática cotidiana (FALLAW 2001: 1; BANTJES 1998: xiv).

A pesquisa de Olcott também diverge de uma outra importante coletânea de 1994 sobre a problemática de gênero no estudo das mulheres camponesas do México, tanto quanto a complementa. Embora limitada aos subalternos rurais, a introdução das organizadoras identificou a lacuna que Olcott buscou preencher: se “a presença das mulheres em arenas políticas antes exclusivamente masculinas altera o comportamento, a percepção, os papéis e as identidades de gênero tanto para homens quanto para mulheres”, o impacto do “movimento de mulheres de classe-média urbana e profissionalizada”, e que estratégias e conexões foram necessárias para as mulheres “adentrarem o processo de tomada de decisão” (Fowler-Salamini e Vaughan 1994: xxii, xx). Ao contrário dos participantes da coletânea, porém, Olcott não privilegia a mobilização das trabalhadoras e camponesas em relação ao ativismo feminino em torno da luta pelo voto das mulheres ou das reformas no código civil.

Desde a sua época de pós-graduação em meados dos anos 1990, Olcott encarou com firmeza o desafio oferecido por Knight, Joseph e Nugent e nos levou a repensar o político através da análise das múltiplas performances envolvidas na criação da cidadania estruturada com base em noções de gênero. Ainda assim, seu ângulo de abordagem contrastava agudamente com a nova produção acadêmica,

que dava continuidade ao foco singular do campo na mobilização de operários e camponeses. Ela escolheu um objeto de estudo bastante diferente: focalizar movimentos laicos de mulheres, aliados ao regime, que eram multi-classistas em natureza e caracterizados por diversidade ideológica.

Nesse foco, Olcott estava edificando sobre as bases de uma tradição de história das mulheres e uma incipiente história de gênero em desenvolvimento na historiografia latino-americana do trabalho. As mulheres foram tomadas como objeto pela literatura anglófona sobre a América Latina pela primeira vez em coletâneas editadas entre 1978 e 1986. A história das mulheres inicialmente se desenvolveu mais rapidamente sobre o período colonial, enquanto que explorações sérias da era moderna começaram nos anos 1980, seguidas por um “impressionante manancial de produção acadêmica” nos anos 1990 (FRENCH E BLISS 2007: 4; CHAMBERS 2003).

Nesse movimento, acadêmicos dos anos 1990 começaram a produzir uma série de trabalhos que tomaram seriamente a categoria de gênero, discutindo as relações de poder implícita e explicitamente produzidas por meio das definições de masculinidade e femininidade (STERN 1995; BESSE 1996; FRENCH E JAMES 1997; FRENCH E CLUFF 2000; KLUBOCK 1998; VAUGHAN 1997). A tese de Olcott foi o primeiro trabalho acadêmico a usar os avanços teóricos e metodológicos produzidos por esses estudos de gênero para analisar as implicações da cidadania estruturada com base em noções de gênero no desenvolvimento do Estado revolucionário.

## 2. *A história das mulheres mexicanas e o sufrágio*

Enquanto a história das mulheres nos Estados Unidos desde os anos 1970 já tinha colocado o foco sobre sufrágio e feminismo, o mesmo não era verdade na historiografia sobre o México. Se movimentos sufragistas e feministas eram uma lacuna na literatura sobre

o México pós-Revolução (Fowler-Salamini e Vaughan 1994: xxii, xx), o mesmo não era verdade para as mulheres devotas de todas as classes sociais que se identificaram com a luta árdua e violenta da Igreja Católica após 1917 contra um regime laico revolucionário. As mulheres foram proeminentes na Guerra dos Cristeros de 1926-1929, que custou entre 70.000 e 85.000 vidas (Meyer 1976), assim como na resistência à “educação socialista” propagada pelo governo Cárdenas. De fato, mulheres conservadoras católicas figuraram em destaque como uma sub-especialidade estabelecida no interior da história das mulheres mexicanas (Miller 1984; Schell 2003; Boylan 2000; O’Doherty 1991; Fernández-Aceves 1996). Assim, o ativismo feminino no México, antes de Olcott, era identificado mais comumente com carolice, anti-‘bolchevismo’ (isto é, Cárdenas), e a defesa de papéis de gênero tradicionais. Esse “senso comum” é tão difundido que um grande historiador, em 2006 poderia defender ainda em 2006 que “as classes dirigentes revolucionárias adiaram o direito de voto das mulheres por trinta anos” por causa da sua lealdade à Igreja e fervor religioso (Meyer in Vaughan e Lewis 2006: 288).

Mas na verdade o mundo das mulheres mexicanas laicas foi marcado por efervescência política nos anos 1930, e mesmo pela quase conquista do sufrágio feminino em 1938. Esse episódio de ativismo feminino sob Cárdenas foi analisado por uma única acadêmica contemporânea, uma feminista norte-americana (Fisher 1942). A concessão do voto às mulheres em 1953 produziu um estudo norte-americano pioneiro uma década depois (Morton 1962), embora movimentos feministas ou de mulheres permanecessem ausentes da agenda acadêmica. Vinte anos se passariam antes da publicação de uma enquete sintética, novamente nos Estados Unidos, e a primeira monografia mexicana apareceu apenas em 1992 (Macias 1982; Tuñón Pablos 1992). Esses estudos eram tão fracos na sua base de pesquisa quanto fortes na generalização sobre o seu caráter “nacional” (de fato, seu escopo geográfico era restrito à

capital). Seu valor fundamental jaz em chamar a atenção para a existência de um movimento feminista e de mulheres que era, ainda em 1995, “desconhecido” na vasta produção acadêmica sobre como o cardenismo assentou as bases do México moderno (Ramos-Escandón 1995, 123; Tuñón 2002: 14). Descrevendo os desafios para o futuro em 1995, um destacado historiador mexicano notou que “a história política das mulheres” sob Cárdenas permanecia por ser escrita, embora avançasse a hipótese de que um “sujeito político feminino” tinha de fato emergido naqueles tempos (Cano 1995 73-4).

*Revolutionary women in Postrevolutionary Mexico* marca uma transição decisiva na trajetória geral da história das mulheres no México desde os anos 1970. Como parte da segunda onda feminista, a história das mulheres mexicanas, inicialmente, foi levada a sínteses prematuras pelo imperativo de incluir as mulheres numa nova história nacional.<sup>1</sup> A denúncia era freqüentemente combinada com a celebração das “pioneiras”, enquanto a importância dos movimentos feministas era tratada como auto-evidente, com muito pouca atenção em relação a questões como “porquê” ou “de que modo”. O problema que dominava as pesquisas era “se a Revolução Mexicana foi ou não foi uma ‘revolução para as mulheres’” (Bliss 2001: 7) e a conclusão, da qual Olcott discorda, era que “a Revolução Mexicana não foi revolução nenhuma para as mulheres”, o título de um artigo de 1973 (Macias 1982: ix). Ainda em 2001, julgavam-na um “evento patriarcal” que consolidou amplamente a autoridade masculina em todos os níveis sociais”, uma proposição justificada rotineiramente pelo fracasso da revolução em estender os direitos de cidadania às mulheres (Bliss 2001 7-8; Deutsch 1991; Fowler-Salamini e Vaughn 1994: xxi; Porter 2003).

De que modo Olcott vai além desse arcabouço de questões herdadas? E de que ponto de vista o seu trabalho contribui para reconfigurar a significância da mobilização das mulheres e da luta pelo sufrágio durante o auge do Cardenismo, e com que vigor?

*Revolutionary Women in Postrevolutionary Mexico* contrasta um tanto nitidamente de outras monografias sobre o mesmo assunto. O primeiro livro mexicano sobre o tema (TUÑÓN PABLOS 1992) estudou um movimento de “frente única” esquerdista (FUDPM) que floresceu brevemente por uns poucos anos em meados dos anos 1930 sob a liderança do Partido Comunista. Com pesquisa primária baseada na imprensa, esse estudo preliminar de um único episódio organizacional tratou a dinâmica política mais geral do cardenismo como dada. O livro de Olcott’s não apenas oferece um tratamento mais rico da FUDPM, mas cobre um leque muito mais amplo de movimentos laicos envolvendo mulheres, de todas as origens, nos anos 1920 e 1930. Ao contrário de Tuñón Pablos, *Revolutionary Women* não é “estritamente sobre mulheres” e abarca “as reações dos homens à organização das mulheres” (uma crítica em SPENSER E LEVINSON 1999: 242-3).

Dois anos após a tese de Olcott, Enriqueta Tuñón publicou um livro sobre o sufrágio feminino da posse de Cárdenas até 1953. Como o volume de Morton em 1962, o foco restringe-se ao voto das mulheres apenas e a autora critica aqueles que diluiriam a questão “no interior do processo político mais amplo”. A autora se interessa primariamente por identificar os “erros” que levaram à derrota do sufrágio, como se tivesse bastado apenas que as mulheres adotassem uma política mais autônoma, distante tanto dos comunistas como do partido governante, para obter sucesso (E. TUÑÓN 2002: 15, 10, 51). Esse foco restrito e espírito de *parti pris* produz uma redução no horizonte analítico, comparado com o cuidadoso descortinar por Olcott do “enigma de por que o dinâmico e mobilizado movimento de mulheres do México acabou por fracassar em assegurar o mais básico direito liberal do voto” (OLCOTT 2005: 160). Ao responder essa questão, Olcott baseia-se na teoria política feminista que se distanciou dos modelos a-históricos de um patriarcado onipotente e atemporal. A teoria de gênero corrente na América Latina enfoca

crescentemente a estruturação do próprio Estado com base em noções de gênero (DORE E MOLYNEUX 2000: 50-1). Nesse sentido a monografia de Olcott é uma contribuição decisiva para uma nova história de gênero do Estado e da cidadania.

É aí que a doutora Olcott avança sua sugestão mais inovativa e controversa sobre como podemos ampliar e redefinir o complexo de questões denominadas “sufrágio feminino” ou “feminismo” mexicano nos anos 1930. Nossa compreensão das “apostas frustradas das militantes laicos por cidadania”, ela sugere, transforma-se quando vista como parte de uma discussão mais ampla de modelos de cidadania. Em particular, ela introduz vigorosamente o conceito de um modelo de cidadania revolucionária, não-liberal, “contingente, incorporada e estruturada com base em noções de gênero”, que se configurava em uma sociedade caracterizada por “ideologias de gênero em rápida desestabilização”. Assim, o sufrágio no México — cuja importância ela reconhece como uma condensação de várias questões em jogo — deve ser compreendido como uma “pequena — e relativamente pouco importante — parcela dos modos nos quais as pessoas viviam a cidadania”. Acima de tudo, ela sugere, devemos ir além de uma conceituação que vê a relação entre “mulheres” e “política” como “dois objetos sólidos colidindo”. Eles são mais bem compreendidos, ela segue, como “uma complexa inter-relação que produz novas possibilidades, complicando ainda mais as categorias de “mulheres” e “política”, enquanto os acadêmicos deveriam manter os seus olhos focados na política de gênero como ela é manifesta, vivenciada e praticada nas vidas e nas lutas cotidianas (Olcott 2005: 4-7).

### 3. *Cidadania revolucionária, cardenismo e o estado atual da história das mulheres e de gênero no México*

Na sua monografia, a doutora Olcott ilustra a utilidade dessa conceituação ampla no interior de “contextos históricos e políticos específicos” ao examinar como a prática da

cidadania é formatada decisivamente por “características locais e regionais assim como pelas nacionais e transnacionais” (Olcott 2005: 4-7). Meticulosa e exaustivamente pesquisado, esse livro equilibra harmoniosamente a estória da política nacional no mais alto nível com três estudos regionais que iluminam a diversidade de significados e resultados que coexistiram sob o guarda-chuva retórico de Cárdenas à medida que ele perseguia a centralização do poder no Estado nacional. Essa alternância entre a perspectiva nacional e estudos de caso regionais e locais permite a Olcott tecer uma costura sem pontos entre níveis de explicação no interior de um terreno político complicado e instável.

Na sua sofisticação, a pesquisa subjacente a *Revolutionary Women* vai muito além da prática estabelecida no estudo do cardenismo, na qual estudos regionais têm sido produzidos em larga escala. Os jovens acadêmicos que encararam o desafio do cardenismo nos anos 1990 ainda tenderam a executar estudos nacional-regionais com base em um único estado (Bantrjes 1998; Fallaw 2001) ou mesmo cidade (Fernández-Aceves 1996; Schell 2003). Embora esclarecedora, a escolha de um determinado estado virtualmente dita os rumos da generalização resultante, dadas as amplas diferenças ao longo do espaço nacional mexicano. Mesmo o ambicioso e premiado estudo de um acadêmico consagrado sobre cardenismo, mulheres e camponeses ainda trabalhava com a comparação de quatro localidades em dois estados. Apenas a monografia de Olcott aproxima-se do nacional, com a cobertura de eventos na capital do país assim como em três estados localizados em regiões mexicanas distintas, escolhidas com base na existência de distintos padrões de “influência eclesiástica desde a Conquista, e particularmente durante o século XX” (Reich 1995 76-77).

Prestando atenção meticulosa a configurações locais e estaduais do poder e da política, o trabalho da professora Olcott engendra conclusões mais amplas sobre as diferentes dinâmicas de mobilização que caracterizaram como as ativistas e suas

seguidoras vieram a incorporar e definir a cidadania no México pós-Revolução. Em Michoacán, as organizadoras focalizaram em atividades anti-clericais e de abstinência, e também trabalharam próximas a redes políticas de nível regional. Por contraste, a organização na Comarca Lagunera, local de uma luta épica pela reforma agrária, foi caracterizada por identidades participatórias centradas no trabalho que operaram dentro de redes clientelistas que eram orientadas nacionalmente, não localmente. Na Cidade do México, as ativistas focalizaram desproporcionalmente na luta pelo sufrágio, enquanto que no Yucatán, atrasado e politicamente fragmentado, geraram um estilo local de organização feminista destacado e inteiramente *sui generis* que remontava ao primeiro congresso nacional feminista lá sediado em 1916.

Em 2003, uma consagrada acadêmica previu que o campo da história de gênero latino-americana veria os historiadores romperem com mais dicotomias nos anos seguintes (Chambers 2003). O livro da doutora Olcott é um exemplo apaixonante desta busca iconoclasta por explicações causais duráveis. “O debate sobre o sufrágio feminina”, nota Olcott, “colocou em relevo muitas das contradições e conflitos que cercam a cidadania mais amplamente à medida que os mexicanos comuns navegavam entre concepções coletivas, baseadas em identidades, e concepções liberais, individualistas, ambas adulteradas por uma cultura política baseada no clientelismo”. Para todos os mexicanos após Cárdenas, os marcadores formais da cidadania liberal esvaneceram em importância porque, ela insiste, eles tinham “pouco conteúdo frente aos modos contingentes, incorporados e estruturados com base em gênero em que eles praticavam a cidadania revolucionária”. Enquanto o movimento de sufrágio urbano criou uma base para as organizações de mulheres, forçando os líderes políticos a considerar como assegurar o apoio das mulheres, a maioria das mulheres – mesmo mulheres militantes – praticava a cidadania

revolucionária longe da cabine de votação”. As mulheres laicas não eram apáticas em relação a direitos políticos, nem ignorantes em relação aos esforços para conquistar o voto, mas os benefícios da revolução eram definidos praticamente. Ao insistir nisso, as mulheres transgrediram “tanto os limites costumeiros quanto os codificados, para reivindicar sua titularidade revolucionária” (OLCOTT 2005: 200).

A coletânea co-organizada pela doutora Olcott, *Sex in Revolution* ilustra o papel de liderança que ela tem desempenhado em um rede acadêmica cada vez mais integrada “dedicada à compreensão da história de gênero e da Revolução Mexicana” (FRENCH E BLISS 2007 3). *Sex in Revolution* é uma das duas coletâneas resultante de uma conferência de pesquisa internacional que ela organizou em Yale de 10 a 13 de maio de 2001 que reuniu seis acadêmicas mexicanas e quatro britânicas com um grande número de pesquisadoras norte-americanas – tanto emergentes quanto estabelecidas – interessadas em questões de mulheres e gênero (MITCHELL E SCHELL 2007). A isso se seguiram três encontros binacionais e multinacionais: 5 a 7 de setembro de 2003 (Universidad de Guadalajara), 21 a 24 de setembro de 2005 (University of Utah), e 15 a 17 de março de 2007 (El Colegio de Michoacán, Zamora). O que emergiu desta rede multi-generacional é um novo modelo de cooperação transnacional, reciprocidade e reconhecimento mútuo para além de diferenças (o seu quinto colóquio está agendado para o outono de 2009).

O estado de expansão acelerada deste dinâmico campo de pesquisa histórica pode ser visto no surgimento em 2006 de duas coletâneas sobre mulheres e gênero na história mexicana (uma no México e outra nos Estados Unidos) (FERNÁNDEZ-ACEVES., et al 2006; OLCOTT, VAUGHN E CANO 2006). Refletindo a crescente natureza transnacional desse empreendimento, os volumes em inglês e em espanhol incluem organizadores do outro país (o que deve ser destacado ainda mais em função do histórico de tensão nacionalista). Essa abertura internacional é sobretudo mais

importante porque a disciplina da história no México foi tardia e “tímida” em assumir as questões das mulheres e de gênero (RAMOS-ESCANDÓN 1995, 114). Além do mais, mesmo hoje aqueles engajados com o assunto estão restritos a um “pequeno gueto acadêmico” no México, isolados das “abordagens históricas dominantes” (FERNÁNDEZ-ACEVES 2007: 200-2).

\* \* \*

Com esses dois volumes, a doutora Olcott demonstrou um nível precoce de realização marcado pelo engajamento consistente com as questões de ponta da sua disciplina e do seu campo. Sua pesquisa publicada avançou decisivamente o campo em termos de argumentos substantivos, enquanto estabelecia novos padrões de sofisticação teórica e realização metodológica. Além do mais, sua abordagem conceitual é promissora para outras disciplinas, tais como a ciência política. Em particular, ela oferece respostas para o que tem sido identificado como uma continuada negligência sobre o assunto nos estudos da política mexicana (RODRIGUEZ 1998: 2, 15). E o seu livro enfrenta diretamente três dos “quatro temas interrelacionados” identificados pelas organizadoras de uma coletânea de 2001 sobre as mulheres latino-americanas e a política: “a extensão da autonomia das mulheres em relação aos partidos políticos. . . as possibilidades de construção de coalizões . . . como e por que as mulheres justificam as suas ações políticas” (GONZALEZ E KAMPWIRTH 2001: 11).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANTJES, A. A. *As If Jesus Walked on Earth: Cardenismo, Sonora, and the Mexican Revolution, Latin American Silhouettes*. Wilmington, Del.: Scholarly Resources, 1998.
- BESSE, S. K. *Modernizando a Desigualdade : Reestruturação Da Ideologia De Gênero No Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

- . *Restructuring Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- BLISS, K. E. *Compromised Positions: Prostitution, Public Health, and Gender Politics in Revolutionary Mexico City*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2001.
- BOYLAN, K. A. "Mexican Catholic Women's Activism, 1929-1940." Ph.D. dissertation, Oxford University, 2000.
- CANO, G. "Una Ciudadanía Igualitaria: El Presidente Lázaro Cárdenas y El Sufragio Feminino." *Desdeldiez* (1995): 69-116.
- CAULFIELD, S. "The History of Gender in the Historiography of Latin America." *Hispanic American Historical Review* 81, no. 3-4 (2001): 449-90.
- CHAMBERS, S. C. "New Perspectives in Latin American Women's and Gender History." *Journal of Colonialism and Colonial History* 4:1 4, no. 1 (2003).
- FALLAW, B. *Cárdenas Compromised: The Failure of Reform in Postrevolutionary Yucatán*. Durham: Duke University Press, 2001.
- FERNÁNDEZ P., et al, org. *Participación Política: Las Mujeres en México al Final del Milenio*. 1. ed. México, D.F.: El Colegio de México, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 1995.
- Fernandez-Aceves, Maria Teresa. "The Political Mobilization of Women in Revolutionary Guadalajara, 1910-1940." Ph.D. dissertation, University of Illinois Chicago, 1996.
- Fernández-Aceves, María Teresa. "Imagined Communities: Women's History and the History of Gender in Mexico." *Journal of Women's History* 19, no. 1 (2007): 200-05.
- Fernández-Aceves, María Teresa, Carmen Ramos-Escandón, and Susie S. Porter, eds. *Orden Social E Identidad De Género. México, Siglos Xix–Xx*. Guadalajara: CIESAS, Universidad de Guadalajara, 2006.
- FISHER, L. E. "The Influence of the Present Mexican Revolution Upon the Status of Mexican Women." *Hispanic American Historical Review* 22, no. 1 (1942): 211-28.
- DEUTSCH, Sa. "Gender and Sociopolitical Change in Twentieth-Century Latin America." *Hispanic American Historical Review* 72, no. 1 (1991).
- Fowler-Salamini, Heather, and Mary K. Vaughan, org. *Women of the Mexican Countryside, 1850-1990: Creating Spaces, Shaping Transitions*. Tucson: University of Arizona Press, 1994.
- FRENCH, J. D. e CLUFF, M. L. P.. "As Mulheres e a Mobilização Operária Na Época De Pós-Guerra Em São Paulo, 1945-1948." *Historia Social [Revista da Pós-Graduação em História, IFCH-UNICAMP]*, no. 7 (2000): 171-211.
- FRENCH, J. D. e JAMES, D., org. *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box*. Durham: Duke University Press, 1997.
- FRENCH, W. E. e BLISS, K. E., org. *Gender, Sexuality, and Power in Latin America since Independence*. Lanham Md.: Rowman & Littlefield, 2007.
- GONZÁLEZ, V., e KAMPWIRTH, K. org. *Radical Women in Latin America: Left and Right*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2001.
- GOTSCHALL, E. R. "Catholicism and Catholic Action in Mexico, 1929-1941: A Church's Response to a Revolutionary Society

- and the Politics of the Modern Age.” Ph.D. dissertation, University of Pittsburgh, 1970.
- KLUBOCK, T. M.. *Contested Communities: Class, Gender, and Politics in Chile’s El Teniente Copper Mine, 1904-1951*. Durham: Duke University Press, 1998.
- KNIGHT, A.. “Cardenismo: Juggernaut or Jalopy?” *Journal of Latin American Studies* 26 (1994): 73-107.
- JOSEPH, G. M., e NUGENT, D. org. *Everyday Forms of State Formation : Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico*. Durham: Duke University Press, 1994.
- MACÍAS, A. *Against All Odds : The Feminist Movement in Mexico to 1940*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1982.
- MEYER, J. A. *The Cristero Rebellion : The Mexican People between Church and State, 1926-1929*. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1976.
- MILLER, B. A. “The Role of Women in the Mexican Cristero Rebellion: Las Señoras Y Las Religiosas.” *The Americas* 40, no. 3 (1984): ?
- MITCHELL, S. E., e Patience A. Schell, org. *The Women’s Revolution in Mexico, 1910-1953, Latin American Silhouettes*. Lanham: Rowman & Littlefield Pub., 2007.
- MORTON, W. M. *Woman Suffrage in Mexico*. Gainesville,: University of Florida Press, 1962.
- O’DOGHERTY, L. “‘Restaurarlo Todo En Cristo:’ Unión De Damas Católicas Mexicanas, 1920-1926.” *Estudios de historia moderna y contemporánea de México* 14 (1991): 129-53.
- OLCOTT, J., M. K. V., e CANO, G., org. *Sex in Revolution : Gender, Politics, and Power in Modern Mexico*. Durham: Duke University Press, 2006.
- PORTER, S. S. *Women and Work During Mexican Industrialization, 1879-1931*. Tucson: University of Arizona Press, 2003.
- RAMOS, E. C. “La Historiografía Sobre La Mujer y el Género En La Historiografía Mexicana Reciente.” *Boletín virtual del Centro de Estudios de Historia de la Mujer en América Latina* 65, no. 4 (2005): 1–22.
- . “Mujeres y Género En México: A Mitad Del Camino Y De La Década [Review Essay].” *Merican Studtes/Estudtos Mexicanos II(1)*, 11, no. 1 (1995): 113-30.
- REICH, P. L. *Mexico’s Hidden Revolution : The Catholic Church in Law and Politics since 1929*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 1995.
- RODRÍGUEZ, V. E., org. *Women’s Participation in Mexican Political Life*. Boulder, Colo.: Westview Press, 1998.
- SHELL, P. A. *Church and State Education in Revolutionary Mexico City*. Tucson: University of Arizona Press, 2003.
- SPENSER, D. e BRADLEY A. L., “Linking State and Society in Discourse and Action: Political and Cultural Studies of the Cárdenas Era in Mexico,” *Latin American Research Review*, Vol. 34, No. 2. (1999), pp. 227-245.
- STERN, S. J. *The Secret History of Gender : Women, Men, and Power in Late Colonial Mexico*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.
- TUÑÓN, E. *Por Fin— Ya Podemos Elegir Y Ser Electas! : El Sufragio Femenino En México, 1935-1953*. 1. ed. México, D.F.: Plaza y Valdés : CONACULTA INAH, 2002.



TUÑÓN, J. *Mujeres En México : Una Historia Olvidada*. 1a ed, *Mujeres En Su Tiempo*. México, D.F.: Planeta, 1987.

ESPERANZA, T. P. *Mujeres Que Se Organizan : El Frente Único Pro Derechos De La Mujer, 1935-1938*. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México : M.A. Porrúa, 1992.

VAUGHAN, M. K. *Cultural Politics in Revolution: Teachers, Peasants, and Schools in Mexico, 1930-1940*. Tucson: University of Arizona Press, 1997.

**(Footnotes)**

<sup>1</sup> N. do T. O autor utiliza aqui o neologismo “her-story” (literalmente, “estória dela”), cunhado pela crítica feminista como contraposição a “his-tory”, divisão silábica que acentua o quanto “history” (“história”) soa como “estória dele”. Com a inclusão das mulheres, portanto, a história nacional deixaria de ser apenas “his-tory”, passando a ser também “her-story”.